

## **Minuta da Aneel exclui limite de 20%**

Rivadavia Severo  
Brasília

Relatora considerou o item restritivo à participação das empresas, mas decisão não é final. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deixou fora da minuta do edital leilão de concessão da usina de Santo Antônio, no rio Madeira, o item mais polêmico das diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME): o limite de 20% de participação na Sociedade de Propósito Específico (SPE) permitido a fornecedores e construtores interessados no leilão, conforme havia sido estipulado por portaria do MME.

A diretoria da Aneel considerou a limitação restritiva. Segundo o parecer da relatora, Joísa Saraiva, "a proposta não foi incorporada, por prudência, já que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem vedado ao edital realizar exigências não previstas em lei". No entanto, a decisão da Aneel não tem caráter definitivo, porque as regras para o edital de licitação estão abertas à consulta pública no MME até o dia 17 de agosto, sexta-feira próxima, e também estão sujeitas a contribuições na agência até o dia 24 deste mês. O edital deve ser publicado no dia 5 de setembro, depois das consultas públicas, e o leilão será no dia 30 de outubro.

De acordo com o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, a agência vai aguardar a evolução das consultas públicas para fazer a redação final do edital. Ele ressaltou que o limite de participação deve ser um arranjo entre os sócios e não do edital. O superintendente de concessão e geração da Aneel, Hélvio Guerra, não quis se manifestar sobre quem irá tomar a decisão. "Em última instância, quem decide é a lei". Ele reconheceu, porém, que caso haja restrições, o item não estará no edital.

A limitação havia surpreendido o mercado, que pedia mais segurança jurídica para participar do leilão. Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), Adriano Pires, a portaria do MME restringe a participação no leilão. Ele também pede mais clareza nas regras para a concessão. "As regras têm que ser claras para atrair os investidores", enfatizou. Pires diz que a Aneel terá que ter cuidado no edital para não afugentar investidores.

A Camargo Correa, uma das principais interessadas, sugere que haja decreto presidencial para garantir a realização do leilão, antes mesmo de publicar o edital. Além da construtora, a Odebrecht e o grupo Suez, estão entre os principais interessados no leilão. O governo queria desfazer o pré-contrato entre Furnas e a Odebrecht no leilão e entrar com uma empresa estatal como sócia do consórcio vencedor. Como não conseguiu, tenta, com a restrição dos 20%, pulverizar o consórcio vencedor, para aumentar a competitividade entre as empresas. Uma das alternativas estudadas pelo Planalto é incluir outras estatais como sócias nos consórcios, que irão apresentar proposta, para equilibrar a disputa com a Odebrecht.

O negócio para colocar a hidrelétrica em operação está orçado em R\$ 9,5

bilhões pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A usina terá capacidade de gerar 3.150 megawatts (MW) para serem entregues ao sistema integrado em 2012 e é considerada uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

SEVERO, R. **Minuta da Aneel exclui limite de 20%**. Gazeta Mercantil, Caderno C Energia, pág. 2, 15/08/2007.